



MULHER E TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE O PAPEL DA ESCOLA NORMAL REGIONAL DE PORTO UNIÃO NA DÉCADA DE 1960

Andreia Ribeiro
andreia.198@hotmail.com
Márcia Marlene Stentzler
(UEPA)

Resumo

Esta pesquisa foi desenvolvida com base em fontes primárias de documentos catalogados pelo Núcleo de Catalogação e Pesquisa do HISTEDBR em União da Vitória (NUCATHE), disponíveis no arquivo do Colégio Estadual Balduino Cardoso, Município de Porto União, Santa Catarina. Tecemos a discussão com fontes bibliográficas que nos permitem dialogar com o processo de construção histórica culturalmente produzido e a formação de mulheres para o mundo do trabalho por meio da escolarização para o magistério primário numa região, onde fronteiras foram criadas em 1917 pelo Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina. Temos a história cultural como base referencial para a compreensão desse processo histórico, particularmente Bloch que situa as transformações sociais inter-relacionadas à cultura produzida pelo homem em diferentes sociedades. A utilização de referenciais da História Cultural nos possibilitou realizar leituras do processo histórico e suas transformações, especialmente no âmbito educacional. Delimitou-se a década de 60 para este estudo, pois neste período a Escola Normal esteve em um processo de ampliação de vagas e remodelação curricular, visando à formação de professores para as escolas primárias municipais na região de Porto União, Santa Catarina. Os dados primários provêm de relatórios do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso, que foi criado em 1917, como Escolas Reunidas, sendo inspecionado pela primeira vez, em 1929. Objetivamos nesta pesquisa, compreender parte da história da educação das Gêmeas do Iguaçu, pois o referido estabelecimento de Ensino, abrigou o Curso Normal Regional Marcelino Dutra e com isso, contribuiu significativamente para a formação de professores na região. As cidades Gêmeas se constituíram em importante pólo regional nos âmbitos educacional e profissional, atraindo pessoas interessadas em uma formação profissional, em especial as mulheres. No caso a ampliação da oferta do curso do magistério a nível médio, oportunizou a sua inserção no meio social através de seu trabalho na comunidade local. Nesta investigação resgatamos dados que nos possibilitam compreender como ocorreu a formação profissional e pedagógica para a professora da escola primária na região, por meio das disciplinas integrantes do currículo escolar e que colaboraram para a educação feminina, a formação e identidade profissional da mulher. Essa pesquisa se desenvolveu nos seguintes momentos: primeiro com a busca e catalogação de relatórios anuais do Grupo Escolar e Escola Normal; no segundo, reunimos fragmentos da história do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso (GEPBC) e do Curso Normal Regional Marcelino Dutra (CNRMD), situando-o num contexto de mudanças sociais e legais; para finalizar, discutimos sobre a formação da professora primária e sua atuação.

Palavras-chave: Escola Normal Regional. Profissionalização da Mulher. Processos sócio-culturais.

1 Introdução

Acerca do amplo sentido de significado e compreensão do termo historiografia, associa-se a ele o papel de resgate da cultura e da memória social que ficou esquecida pela historiografia tradicional, sendo reescrito a partir de questões atuais. Analisando o objeto de estudo,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

pressupomos a busca de dados para compreender a problemática na medida em que se investiga redescobrimdo o passado através de outras pesquisas e fatos relacionados à época.

Quanto à educação, o estudo detalhado de sua complexidade histórico-social e abordagem teórica, permitem reflexões e compreensões relacionadas a acontecimentos passados e um melhor esclarecimento da investigação e aprimoramento no presente. O estudo foi delimitado à década de 60, pois nesse período há uma intensa busca da mulher pela profissionalização, movimentos revolucionários e a luta por sua identidade e profissionalização, inserindo-se através do ofício do magistério na área de trabalho e no meio social.

Deste modo, a pesquisa possibilita atingir o objeto de estudo da proposta enunciada, buscando respostas para compreender a realidade histórica e cultural de uma época que se constrói numa inter-relação entre macro e micro história, constituindo referencial para a humanidade ao longo do tempo. Portanto, o trabalho do historiador, conforme alerta Bloch (1976, p.74), está relacionado à busca, crítica e publicação de descobertas sobre processos históricos da humanidade marcados por particularidades e características dos diferentes povos. É uma tarefa delicada e trabalhosa, mas que propicia um grande prazer ao pesquisador por possibilitar a revelação de uma bela obra dos homens.

A cultura é um traço de redescobertas, de encontros e achados, onde o homem busca através do estudo da história da humanidade, a sua identidade, a sua função como agente mobilizador ao longo dos tempos, em busca de respostas para muitas de suas indagações. Freire *apud* Saviani (2008, p. 329) considera o estudo da história humana como um estudo de si mesmo, no ato consciente de escrever e reescrever a sua trajetória no passado: “[...] ao objetivar-se, se surpreende reflexivamente a si mesma [...] a tornar-se consciência historiadora; e o homem é conduzido a escrever sua história.” Ao apreender a contribuição histórica do trabalho da mulher e sua atuação no meio social de nossa região estamos contribuindo para delinear o papel das escolas e dos profissionais que nelas atuaram, compreendendo fatos passados respeitando sua historicidade na relação com o tempo presente.

Esta pesquisa possui como foco central o resgate histórico que possibilita a compreensão da formação profissional e pedagógica a nível primário das mulheres da região por meio de um currículo escolar especialmente organizado para tal. Sendo assim, a pesquisa será fundada a partir





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

de outras pesquisas, dados bibliográficos e fontes primárias presentes nos arquivos do Colégio Estadual Professor Balduino Cardoso, criado em 1917 como Escolas Reunidas, na cidade de Porto União, Santa Catarina. No mesmo espaço funcionou o Ginásio Normal Marcelino Dutra a partir do ano de 1947. Ou seja, daquele momento em diante, estava estabelecida esta denominação e com isso, a procura pela matrícula no Curso Normal¹, em especial pelas mulheres da região, que obtinham a oportunidade de uma profissionalização e inserção no mercado de trabalho, antes realizada somente por sua prática e sem formação.

Quanto à metodologia, foi elaborado um estudo bibliográfico acerca da mulher na educação, com uma investigação descritiva a partir da pesquisa de campo visando aprofundar detalhes como: disciplinas ministradas, número de alunas e alunos que se formaram e atuaram na região. Pretendemos com este estudo, conhecer e preservar a cultura local, apresentando dados que possam servir como referência para sediar novos estudos sobre a educação e profissionalização da mulher do Vale do Iguaçu. Todos os documentos fotografados para a pesquisa farão parte do arquivo do Núcleo de Catalogação – NUCATHE.

O ingresso das mulheres nas escolas normais possibilitou a sua desenvoltura profissional atendendo às necessidades educacionais da população das Gêmeas do Iguaçu, inter-relacionados ao processo de mudanças sociais e econômicas da região, pois assim como estas mulheres ensinavam e com isso ganhavam sua independência financeira e reconhecimento social com seu serviço, pois, muitos de seus alunos ingressavam no mercado de trabalho, detentores de maiores conhecimentos e formação profissional qualificada para atuar profissionalmente.

Nesta pesquisa, buscamos compreender a formação para o magistério na escola primária que ocorreu no Colégio Estadual Professor Balduino Cardoso, em Porto União, SC, atrelados a fatores sociais e descobertas científicas que possibilitaram mudanças rápidas com a liberdade da mulher e sua inserção profissional.

¹ Em Mattos (1963), no Relatório Anual do Curso Normal Regional Marcelino Dutra, apresentado ao Inspetor Escolar, consta através do Decreto nº 3.741 de 12/12/1946 a criação do Curso Normal nas cidades de Porto União da Vitória, pelas atribuições do Governador do Estado de Santa Catarina.





2 Fragmentos da história do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso e do Curso Normal Regional Marcelino Dutra

Dentro da educação primária, destacam-se grupos escolares que privilegiaram espaço para ascensão das escolas para normalistas e nesse sentido, situamos como referencial histórico componente do acervo cultural de nossa região, o Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso². Segundo Fagundes e Ribas (2002), levava o nome do mais completo mestre-escola que a capital de Santa Catarina conhecia. Inaugurado no ano de 1917, contava com 13 classes e ótima estrutura pedagógica, localizando-se à frente do Ginásio São José, na cidade de Porto União, Santa Catarina. A biblioteca da escola foi organizada em 1933 pelo professor Antonio Gasparello e recebeu a denominação de Professor Orestes Guimarães. Naquele mesmo ano foi instituída a Campanha Pró-Livro, numa iniciativa da professora Jandira Domit, a qual obteve excelentes resultados para formar o acervo local. Em 1942 assumiu a direção o professor Antonio Homero Ramos que instituiu outro diferencial para o Grupo Escolar, o serviço de cozinha escolar, fornecendo duas refeições diárias para seus alunos. Chamava atenção o vistoso Campo de Educação Física, localizado à esquerda do edifício, medindo 85x25 metros.

O Curso Complementar foi criado em 1929 e após sua reformulação em 1935, foi reconhecido como Escola Normal Primária. Em 1947 passou a ser conhecido como Curso Normal Regional Marcelino Dutra³, analisado no âmbito desta pesquisa.

Conforme a Lei Orgânica do Ensino Normal e do Decreto-lei⁴ 8.530, de 02/01/1946, apresentado por Romanelli (2009), a finalidade desta modalidade de ensino era prover a formação

² Stentzler (2011) menciona que em homenagem ao educador Professor Balduino Cardoso, recebe esta denominação o estabelecimento de ensino que em 1926 passa a funcionar como Grupo Escolar. Em 1928 foi criado o Curso Complementar devido ao primeiro projeto em prol da instrução de nossas cidades, de autoria do Deputado Cel. Cid Gonzaga, que anteriormente havia ocupado o cargo de inspetor escolar. Em 1935, o Curso Complementar reformado, passa a chamar-se Escola Normal Primária.

³ Stentzler (2011), comenta que através do Decreto nº 2.135, segundo o Decreto Lei nº 257, de 21 de outubro de 1946, com o apoio do Prefeito Dr. Lauro Muller Soares, em março de 1947 foi criado o Curso Normal Regional Marcelino Dutra.

⁴ Romanelli (2009, p. 164) descreve pelo presente decreto, a organização dos cursos normais: “O ensino normal ficou subdividido em cursos de dois níveis. Como curso de 1.º ciclo, passava a funcionar o curso de formação de regentes de ensino primário, com a duração de 4 anos, que funcionaria em escolas com o nome de Escolas Normais





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

de docentes para escolas primárias, habilitar administradores escolares e desenvolver conhecimentos e técnicas destinados à infância. Romanelli (2009) destaca ainda o limite de idade fixado para ingresso de candidatos no Curso Normal, de até 25 anos para a matrícula admissional, não compreendia quem estivesse atuando na área, na grande maioria, estavam acima da média de idade estabelecida. Na Escola Normal em estudo, contatamos que a grande maioria de alunos tinha entre 14 e 16 anos, conforme tabela I, neste artigo.

Ainda segundo o relatório do CNRMD (Curso Normal Regional Marcelino Dutra), pelo qual Mattos (1960) descreve a instituição de ensino, que funcionava no prédio do GEPBC (Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso) possuía: 12 salas de aula, 01 sala para biblioteca e museu, gabinete para diretor, dentista, portaria e arquivos, 02 depósitos, 01 cozinha, 02 mictórios, 09 patentes, 01 campo de educação física, 01 campo agrícola e 01 poço com bomba.

2.1 A formação e a consolidação da escola normal

A concepção de Escola Normal surgiu com o intuito de qualificar profissionais da educação que melhor atendessem aos anseios do governo estatutário. Com a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pelo presidente João Goulart, a LDB nº 4.024 de 20/12/61, o país passaria por uma reformulação da formação e atuação do profissional da educação. Porém, como afirma Thomé (2002), essa lei nada mudou em relação ao que existia e se praticava, sendo o primeiro efeito da nova legislação educacional, a criação do Conselho Federal de Educação, em 02/1962, aprovando o Plano Nacional de Educação durante o período compreendido entre 1962 e 1970.

Em 11/08/1971, o ensino de primeiro e segundo grau sofreria uma transição, com a nova Lei⁵ nº 5.692/71, a qual estabelecia as novas diretrizes de ensino. Como menciona Thomé (2002), o governo de Santa Catarina, implantou a Reforma do Ensino em 1970 com base no Plano

Regionais. Como cursos de 2.º ciclo, continuava a existir os cursos de formação de professor primário, com a duração de 3 anos, que funcionaria em estabelecimentos chamados Escolas Normais.”

⁵ Apresenta Romanelli (2009, p. 235) sobre a lei 5.692, de 11/08/1971, no Art. 1º, que: “O ensino de 1.º e 2.º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificando para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.”





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Nacional de Educação, aprovado pelo Decreto nº 8.828 de 31/12/1969. Ainda segundo Thomé (2002), este Plano Nacional de Educação foi adaptado junto à Lei Federal nº 5.692/71, e vigorou somente em 1972, estabelecendo normas de constituição do ensino primário e ginásial, unificados em 1º grau do Ensino Fundamental com duração de 8 anos letivos e progressivos, e obrigatório dos 7 aos 14 anos.

As atividades exercidas pela Escola Normal demarcaram a sociedade pela formação e pela profissionalização docente. Em especial, para as cidades de Porto União e União da Vitória este marco obteve um mérito de respeito ao mesmo tempo em que proporcionava uma oportunidade de profissionalização para as mulheres da região. Em Stentzler (2011) encontramos uma referência da atuação desta escola na sociedade local por ocupar um importante espaço na formação da sociedade, por um lado, recebendo orientações no âmbito do Estado para o seu funcionamento e práticas e por outro desempenhando papel significativo na formação de professores, habilitando novos profissionais para o exercício do magistério e transformando a sociedade pelas ações que envolviam estas pessoas, com programas educacionais e de incentivo à alfabetização e leitura.

3 Formação da professora primária e currículo do curso normal

Pode-se admitir que na primeira fase da existência da Escola Normal, ela esteve ligada à consolidação de poder e construção da hegemonia do Estado imperial brasileiro. Dava-se então, início à formação dos professores através da Escola Normal, como apresenta Villela (2000, p.34), “mesmo ameaçada de extinção como de fato aconteceu, permaneceu ao nível das representações sobre a formação docente como marca distintiva entre os antigos mestres-escolas sem formação e os novos professores primários.” Situa-se aí, a importância histórica e cultural da Escola Normal para a educação e a formação de professores.

Após a Segunda Guerra Mundial, conforme afirma Gaspari (2005), houve uma intensificação da urbanização e industrialização a nível mundial, surgindo na sociedade a figura de uma nova mulher, fato esse, influenciado pelas inovações da ciência, imprensa, publicidade, cinema e rádio. Com isso, a mulher passa a inserir-se mais fortemente no campo de trabalho, mais

3057





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

especificamente no magistério, explorando a sua capacidade de serviço e conquistando novos espaços. Diante dessa mudança social, Gaspari (2005) coloca que a inserção da mulher no mercado de trabalho, passa a exigir uma educação voltada ao aprendizado formal visando ampliar seus conhecimentos, levando-a a aprofundar sua formação.

Na década de 50, o Brasil passava por intensas transformações sociais, econômicas e políticas, sendo que na região de Porto União e União da Vitória, não havia curso superior. Mulheres que saíam para cursá-lo fora da cidade e ao retornarem assumiam novos postos de trabalho, tornando-se professoras fundadoras da instituição de ensino superior, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, marcando uma nova conquista feminina e a influência da mulher para as Gêmeas do Iguaçu, com o seu desempenho no campo social e cultural. As mulheres destacavam-se pelo seu trabalho⁶, seja como professoras primárias ou em outros segmentos sociais, conquistando espaços, demonstrando a audácia e responsabilidade das pioneiras da nossa região. (GASPARI, 2005).

O ensino primário no Brasil formava um número cada vez maior de professoras, uma vez que a mulher era tida como ideal para seguir essa profissão⁷, em vista de suas qualidades maternas e entendimento infantil. Porém, essa profissão de tanto esmero, nunca foi bem remunerada. Desde que o poder público assumiu o compromisso de pagamento para com seus funcionários, não julgava de muita importância pagar altos salários para profissões que tratassem de cuidados básicos com o povo, como saúde, educação e assistência social. Almeida (1998, p.29) relata quanto à classe do magistério público e seus direitos, que a partir dos anos de 1960, era afixado sobre os novos planos de carreira: “[...] jornada de trabalho compatível, salários não diferenciados dos masculinos, aposentadoria aos 25 anos de serviço, licenças de saúde e

⁶ Gaspari (2005, p.137), referencia através do relato oral de uma professora pública, como as mulheres trabalhavam e com isso obtinham suas conquistas, como a carteira de habilitação que até então só os homens retiravam: “Em 1961, fui a 1.ª mulher da cidade a adquirir um carro causando espanto e comentários pela sociedade local, pois até então nenhuma tinha tido este privilégio. (Teresinha Noelly)”

⁷ Almeida (1998) descreve a educação feminina, mantida dentro de certos limites, não ameaçaria os lares, a família e o homem. Essa educação, de acordo com preceitos portugueses, foi negada sob o pretexto de que conhecimento e sabedoria eram desnecessários e prejudiciais a fragilidade física e intelectual da mulher, sendo aceitável a partir do momento em que passou a ser vista pela sociedade da época, como a principal mantenedora da família e da pátria. Nesse contexto, o magistério de crianças configurou-se adequado ao papel da mulher como regeneradora da sociedade e salvadora da pátria, tornando-se aceitável em termos sociais, familiares e pessoais, que trabalhasse como professora.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

maternidade [...] embora a profissão, seguindo uma tradição de décadas, continuasse sendo mal remunerada.”

No entanto, as mulheres que se dedicavam ao exercício do magistério, enfrentavam um curioso dilema: o de se educar com direito igual a dos homens, de exercer uma profissão e muitas vezes trilhavam esse caminho por falta de opção ou falta de recursos financeiros disponíveis, mantendo assim, suas famílias. Como aponta Almeida (1998, p.32), “[...] era aceitável que as mulheres desempenhassem um trabalho, desde que este significasse cuidar de alguém. [...] doar-se com nobreza e resignação, [...] como enfermeira ou parteira.” Elas não só alavancaram o ensino da região, como mobilizaram toda a comunidade local com a disseminação de seu trabalho em busca do conhecimento e em prol do bem comum social, a educação.

As mulheres sofreram de algum modo, um certo controle exercido pelos homens sobre a educação e atuação docente⁸. E além disso, a realidade sempre foi muito dura para elas, porque a maioria detinha de pouca escolaridade e a procura por trabalho seria por uma questão de sobrevivência e sustento próprio que representava por consequência uma ameaça a sociedade dentro dos moldes de que mulher não precisa trabalhar e sim, cuidar da casa e dos filhos. Almeida (1998) relata que no Brasil o direito ao voto feminino ocorreu em 1932, para aquelas que tivessem o curso secundário ou superior. A conquista feminina pelo direito ao voto representou uma barreira vencida entre a mulher e o homem, sendo que o outro passo a ser vencido seria o da conquista e direitos iguais no campo de trabalho. Percebe-se o quanto foi significativo a conquista da profissionalização docente, mesmo ainda contendo muitos empecilhos a serem superados. As mulheres diante dessa oportunidade de profissionalização e sustento próprio mostraram-se corajosas e batalhadoras, hasteando a sua bandeira de liberdade e de direitos iguais.

[...] a possibilidade de profissionalizar-se, via magistério primário, era um meio de as mulheres poderem vislumbrar uma chance de sustento sem a obrigação do casamento ou a humilhação de viver da caridade alheia. Como o cuidado com crianças não fugia à maternagem, o magistério representava a continuação de sua

⁸ Segundo relata Almeida (1998), o magistério primário era um espaço ideal onde poderiam exercer esse controle e relação de poder na instrução escolar. Elaboraram leis, decretos, criaram escolas e liceus femininos, lideraram sobre seus currículos e programas, escreveram a maioria dos livros didáticos e manuais escolares e habilitaram-se para lecionar as disciplinas para as consideradas nobres: Economia Doméstica e Culinária, Etiqueta, Desenho Artístico, Puericultura, Trabalhos Manuais entre outras.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

missão, nos moldes propostos pelos positivistas e higienistas no século XIX e de acordo com o imaginário social acerca do papel feminino. (Almeida, 1998, p. 37).

Os movimentos feministas no Brasil da década de 60 a 70 e a introdução da pílula anticoncepcional, clamavam pela conquista do espaço profissional na sociedade, pela liberdade e direitos iguais, influenciando fortemente as mulheres em seu modo de pensar e agir. Esse contexto as deixava mais otimistas quanto à possibilidade de se profissionalizar e trabalhar, sendo médicas, advogadas, dentistas e a mais procurada dentre as profissões, era sem dúvida a de ser professora primária⁹.

Mas apesar da conquista feminina pela docência do magistério primário, surgiam outras dificuldades no decorrer do caminho tais como, salários baixos e desvalorização profissional¹⁰ presente até os dias atuais, sendo causa de constante luta e persistência pela classe do magistério público. E ainda havia um certo pensamento que predominava na sociedade imposto pela religião¹¹, a qual alegava que a mulher ao se encontrar fora do seio familiar, no ambiente de trabalho, poderia desviar-se facilmente de sua conduta moral e social de onde foi criada, deixando de lado os cuidados para com a família, marido e filhos.

Mas, apesar desses preconceitos, as escolas normais constituíram-se numa valiosa forma de obter o conhecimento didático e prático voltado para a formação de novos professores primários que atuariam na classe do magistério. As professoras recém-formadas obtinham na docência em escolas primárias uma oportunidade única de trabalho, como Almeida (1998) coloca que devido às dificuldades e reflexos da economia do país, o salário da professora demonstrou-se importante na vida familiar, sendo por muitas vezes, a forma de sustento mais viável.

⁹ Almeida (1998) explica que em seu início, a criação da Escola Normal foi destinada ao público masculino que no entanto supriu uma necessidades e anseios femininos, surgindo como a primeira via de acesso das mulheres à instrução pública escolarizada e que assim, possibilitou o exercício de uma profissão, e a entrada das mulheres nessa escola constituiu um fenômeno que aconteceu rapidamente.

¹⁰ Conforme estudos de Almeida (1998), quando qualquer profissão se encontra direcionada ao atendimento da classe de baixa renda, segue-se uma tendência pelo sistema capitalista levando a perder sua qualificação profissional e poder aquisitivo. O contrário acontece com as profissões voltadas para a elite e para o sistema produtivo e tecnológico, onde constantemente se encontram bem remuneradas, qualificadas, e prestigiadas.

¹¹ Almeida (1998) comenta sobre o pensamento conservador da Igreja Católica, que conseguia colocar obstáculos frente à educação e profissionalização feminina, argumentando que a mulher tinha a necessidade de ser preservada moralmente e longe dos desvios de conduta que o excesso de instrução poderia fornecer.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Em referência às alunas do CNRMD, verifica-se que elas participavam ativamente da vida escolar e docente, sendo convidadas a participar de reuniões pedagógicas junto às professoras, como nos apresenta o aviso descrito por Mattos (PORTO UNIÃO, 1963, p.01): “[...] 4 de novembro às 16 horas, haverá reunião pedagógica, solicitando-se a presença de todos os professores, inclusive os do CNRMD, sob a presidência do Sr. Prof. Horácio Hipólito da Silva, M. D. Inspetor Escolar.” Estas alunas participavam de exposições de seus trabalhos manuais e de comemorações, organizadas no estabelecimento, organizando as festas para adquirirem prática e recebiam convites para participar de eventos competitivos esportivos, como consta no relatório elaborado por Mattos (PORTO UNIÃO, 1960).

Segundo o relatório anual descrito por Mattos (PORTO UNIÃO, 1963), verifica-se um aumento crescente da procura pela matrícula no CNRMD, em especial no referido ano, sendo em 1961, o total de matrículas expedidas chegou a 120 inscritos; em 1962, o total de matrículas expedidas constatou 155 inscritos e em 1963, o total de matrículas expedidas alcançou o número de 190 inscritos. Observa-se que a cada ano crescia a matrícula no Curso Normal com a elevação da procura pelas mulheres da região.

Constata-se a grande influência da religiosidade na formação das normalistas que participavam de cursos catequéticos e aulas fornecidas por padres católicos, junto com os professores do curso primário. Isso fica expresso no aviso descrito por Mattos (PORTO UNIÃO, 1966), onde se constata que também participavam de conferências sobre a educação, eram cobradas taxas de inscrição aos participantes e expedidos diplomas de participação.

Para ter uma idéia de quantos alunos e alunas se formaram no CNRMD, verifica-se a seguir na tabela I dados sobre o registro de vidas escolares dos formandos, acentuando a demanda deste curso de formação de professores. Podemos perceber que havia um grande número de pessoas oriundas de localidades próximas da região, para estudar e freqüentar o CNRMD. Constatamos a quase totalidade de alunos do sexo feminino, a predominância de idade de 14 a 16 anos e a maioria de naturalidade de Porto União e União da Vitória.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

TABELA 01: Dados de alunos que se formaram no CNRMD em 1969.

MENINOS	03	NATURALIDADE	QUANTIDADE
MENINAS	58	BITURUNA	01
TOTAL	61	CAÇADOR	02
		CHAPECÓ	01
IDADE	QUANTIDADE	CLEVELÂNDIA	01
13	05	CORNÉLIO PROCÓPIO	01
14	11	CURITIBA	01
15	13	ENGENHEIRO BELTRÃO	01
16	16	FELIPE SCHMIDT	01
17	03	GENERAL CARNEIRO	02
18	05	HONDAÍ	01
19	01	IRINEOPÓLIS	03
20	02	JAGUARIAÍVA	01
21	01	MAJOR VIEIRA	01
22	01	POÇO PRETO	01
23	01	PORTO UNIÃO	23
24	01	REBOUÇAS	01
28	01	UNIÃO DA VITÓRIA	18
		VIDEIRA	01
TOTAL	61	TOTAL	61

FONTE: PORTO UNIÃO (1969)

Dentre as disciplinas que integravam o currículo básico da formação para o professor primário, além de conhecimentos da Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Psicologia, Pedagogia, Didática, Desenho, Caligrafia, Canto Orfeônico e Educação Física presentes em Porto União (1963), havia aquelas que se voltavam praticamente para cuidados do lar, como Trabalhos Manuais e Economia Doméstica. Descreve Almeida (1998, p. 181) que:

Os manuais de Economia Doméstica utilizados nas escolas davam conselhos sobre higiene da habitação, arranjo da casa, conservação das roupas, preparo dos alimentos, contabilidade doméstica, noções de puericultura, conselhos às donas de casa e às mães, mas nada de educação sexual.

Obtendo por base os dados de Porto União (1960), redigido por Matos, construiu-se a tabela abaixo, onde se verifica o desempenho das normalistas através das notas atingidas nas diferentes disciplinas do Curso Normal anexo ao GEPBC. Havia disciplinas lecionadas no Curso Normal, as quais eram freqüentadas somente por moças ou exclusivamente por meninos. Como exemplo, cita-se a disciplina de Economia Doméstica, enfatizando ainda a idéia de que só as mulheres tinham que aprender sobre as principais tarefas do lar.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

TABELA 02: Aprovações e freqüência em Disciplinas do CNRMD

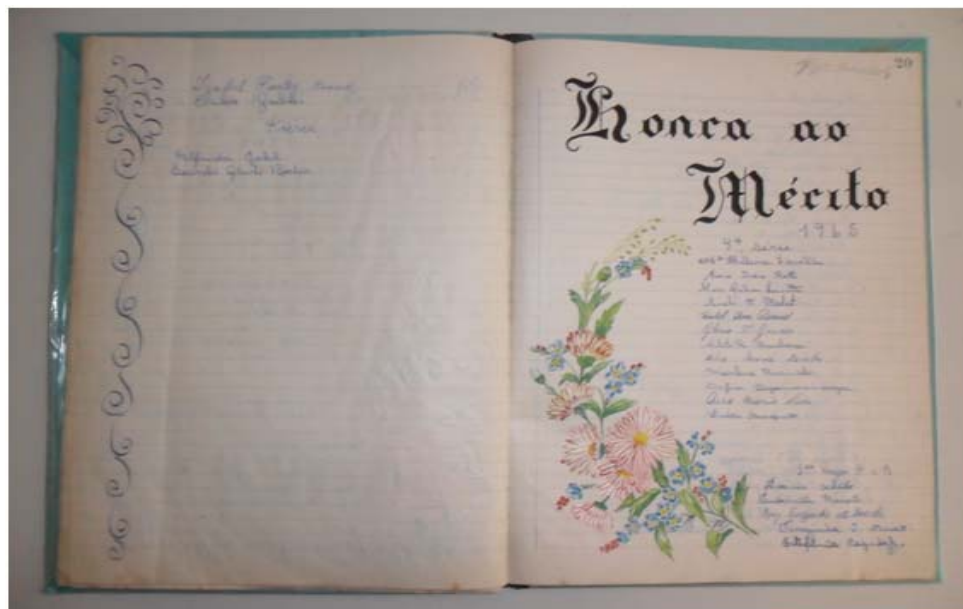
Disciplinas	Desenho	Economia Doméstica	Religião	Trabalhos Manuais
Meninos	16	00	16	16
Eliminados	08	00	08	08
Não compareceu	01	00	01	01
Total	07	00	07	07
Meninas	17	17	17	17
Eliminadas	05	05	05	02
Não compareceu	00	00	00	00
Total	12	12	12	15

FONTE: PORTO UNIÃO 1960 – (Total: 33 alunos de uma turma do Curso Normal)

Conforme mencionado em Porto União (1960), relatório anual elaborado por Mattos, as atividades da disciplina de Trabalhos Manuais contavam ainda, com aulas de bordado, que ensinavam dentre outros ofícios e afazeres domésticos o ponto areia e o ponto crivo.

Um dos documentos que chama a atenção também por sua beleza e delicadeza, é o de Honra ao Mérito (PORTO UNIÃO, 1945 a 1969 do CNRMD). Cada ano possui uma relação de nomes entre 1945 e 1969, sendo todas as páginas ilustradas. O apresentado abaixo foi elaborado por Beckembrack (1965) e ilustrado com pinturas realizadas à mão e algumas poucas colagens de figuras, no qual consta o nome das alunas em destaque na turma que concluiu o Curso Normal.

FIGURA 01: Honra ao Mérito



FONTE: Porto União, 1945 a 1969, do CNRMD





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Esse caderno tinha a função específica de registrar os nomes das alunas que obtiveram um excelente desempenho no Curso Normal. A duração do Curso Normal era de 4 anos subdivididos em 4 ciclos de 10 disciplinas, ou seja, correspondia a 4 anos consecutivos.

Para compreendermos esse processo formativo, temos como base o documento de registro de vidas escolares dos formandos do Curso Normal Marcelino Dutra (PORTO UNIÃO, 1969), no qual encontramos as disciplinas ministradas durante o Curso. No 1º e 2º ciclos, os alunos do cursavam as seguintes disciplinas: Português, Matemática, História do Brasil, Iniciação à Ciência, Geografia do Brasil, Música e Canto, Educação Cívica e Social, Educação Física¹², Artes industriais (para rapazes), Artes Femininas (para moças) e Religião. No 3º ciclo havia as disciplinas de: Português, Matemática, História Geral, Ciências Físicas e Biológicas, Geografia Geral, Didática, Legislação Prática de Ensino, Psicologia Educacional, Artes Femininas ou Industriais e Religião. No 4º e último ciclo, havia as disciplinas de: Português, Matemática, História Geral, Ciências Físicas e Biológicas, Didática, Legislação, Prática de Ensino, Psicologia Educacional, Desenho Pedagógico, Artes Femininas ou Industriais e Religião.

Percebe-se que os quatro anos correspondentes ao Curso Normal contavam com disciplinas que preparavam muito bem o normalista, e ainda hoje várias dessas disciplinas pertencem ao âmbito formativo nos cursos de Pedagogia. As normalistas contavam com um amplo currículo integrado que tendia ao modelo pedagógico da época, e seria promíscuo adentrar em assuntos de educação sexual¹³ que estavam nos livros, sendo que estes, ainda se mantinham reservados. A Escola Normal preparava as alunas para diferentes realidades que iriam encontrar ao se deparar com o exercício do magistério primário.

Em meados da década de 60, conforme apresenta Saviani (2008), houve uma renovação do currículo de matemática, possuindo como marco principal o movimento da matemática moderna, constituindo o ponto central de outros encontros, congressos e publicações. A formação

¹² Conforme consta no Registro de vidas escolares dos formandos de 1969 do Curso Normal Marcelino Dutra, no 1º ciclo os alunos tinham a disciplina de Educação Física, que era substituída nos anos posteriores pela disciplina de Prática de Ensino.

¹³ Segundo relato oral de D. Elza apresentado por Almeida (1998, p.189), “a Escola Normal ensinava para ser uma boa professora, educava para ser uma boa funcionária e fornecia regras de conduta, de bom português, de boa aplicação, ser correta, não faltar, não ser mentirosa, ser limpa, cumpridora dos deveres, amor à pátria, sem considerar o ensino sexual, tudo era considerado essencial.”





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

profissional era vista com base em preceitos tecnicistas, onde a escola tinha sua parcela de contribuição com a formação de recursos humanos voltados ao preenchimento de vagas dentro do mercado de trabalho e satisfazendo desta maneira as suas necessidades.

3.1 A atuação pedagógica da professora primária

A figura do professor era muito respeitada e recebia inclusive, total apoio dos pais dos alunos em relação ao ensino e educação. A partir da década de 70, começou a se pensar mais sobre as atitudes pedagógicas de educar, na retomada de preceitos escolanovistas vinculados com tecnicistas, onde enfatizavam o ensino no aluno e no modo dele agir e pensar com uma certa liberdade de ensino, mas, voltada para o preenchimento de vagas no mercado de trabalho. O currículo escolar estava sendo remodelado tanto no quesito que diz respeito à formação do novo professor, como no quesito do aprendizado do aluno. A professora primária era considerada como uma segunda mãe das crianças e se ousassem desafiá-la ou ao tentar desrespeitar a sua autoridade, eram severamente punidas, restando porém, a resignação de tais atitudes. Almeida (2008, p.185), ilustra como era esse tratamento a partir de um relato:

Os pais, a família davam muita força à professora, se interessavam. Eu custei muito a aprender a tabuada. Um dia a professora me pôs para fora da classe. Meu pai vinha vindo da roça e me viu encostada na parede. Eu estava envergonhada, não ofendida, nem triste, [...]. Meu pai perguntou o que tinha acontecido. Eu disse, nada não. Meu pai falou, “a gente conversa lá em casa”. Ah! Quando fui para casa [...] Ah! Ah! Aí que eu vi como foi difícil aprender tabuada! Ele pôs um rabo de tatu ali do lado e disse, você só sai quando aprender tabuada, você vai aprender tabuada, senão apanha de rabo de tatu.

E conforme expressa Almeida (1998) em várias escolas era costume que a mesma professora acompanhasse os alunos nas diferentes séries até concluírem o curso primário, mas, não significava uma regra que todas as instituições seguissem, pois, outras preferiam colocar um professor diferente para cada série. Os alunos aprendiam muitas vezes sob ameaças de castigos praticados pelo professor ou professora da turma. Um dos instrumentos utilizados de uso costumeiro para repreensão e castigo era a palmatória, além de outros. Almeida (1998, p. 186) descreve essa ação com o uso de um relato:





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A professora do 3º ano professora Cristina, não esqueço dela até hoje! Nossa! Como era brava! Ser energética é uma coisa, ser brava é outra. Trabalhava com o ponteiro na mão. Ponteiro era um objeto roliço que vai afinando nas pontas e ela com ele, ia mostrando na lousa, se errava, ai, ai, ai, às vezes pegava um pouco no ombro.

No início da atuação pedagógica, as professoras enfrentavam dificuldades para lecionar não muito distantes da realidade atual, onde os recursos investidos com educação são precários, local de trabalho não muito apropriado ou decadente e o preparo do ensino de alunos em sua grande maioria, carentes, que chegam até a enfrentar certos transtornos de locomoção até a escola, seja pelo longo trajeto ou por falta de meios de transportes que conduzam até esse destino. Isso não quer dizer que nosso País ainda possui esse cenário. Muito já foi modificado em relação à instrução pública, mas, também não quer dizer que foi totalmente erradicado e se apresenta em algumas regiões. Almeida (1998, p.189) aborda dificuldades de lecionar num ambiente ainda não lapidado para o contexto educativo:

A minha primeira escola, eu era uma substituta, tinha dezessete anos e tinha aprendido tudo aquilo no colégio. Cheguei lá e perguntei onde era a escola. Disseram-me que eu estava na frente dela. Era um quadradinho todo de madeira, o chão de terra. A gente tinha de procurar os alunos, fazer matrículas.

Observa-se, contudo, que as professoras primárias tinham uma cobrança indispensável na observância de seus alunos obrigatoriamente uniformizados nos dias letivos. Sem esse uniforme, não prestariam exames ou participariam de festejos de encerramento. Além de um cuidado especial no que concerne ao asseio pessoal dos alunos, evidenciado no aviso prescrito por Mattos¹⁴ do GEPBC. Já a respeito da merenda escolar, o aluno que a recebesse e jogasse fora, pagaria uma multa como forma de compensação pelo desprezo ao alimento. Mattos ressalta que “o aluno que receber o *tody* e não tomá-lo, jogando-o fora, terá que pagar Cr\$ 50,00. Quem não gosta não é obrigado a tomar, mas não pode [...] jogá-lo fora.” (PORTO UNIÃO, 1964, p.08-09).

¹⁴ Em Porto União (1964), Mattos salienta que somente prestaria exame o aluno uniformizado, (calça ou saia azul marinho, blusa branca, gola esporte, monograma no bolso, sapatos e meias pretas, as professoras também usavam o mesmo uniforme que os alunos) não sendo permitidos o uso de sapatos, meias de cores e enfeites berrantes nos cabelos. Calças ou saias sem suspensórios ou tirantes e o cinto de fazenda azul marinho. Em festas de encerramento, os alunos sem uniformes não receberão boletins, nem certificados de conclusão de curso ou prêmios. Em festas e exames os alunos devem comparecer limpos (cabelos cortados, penteados ou presos, unhas cortadas, mãos limpas, dentes escovados, orelhas e pescoço muito bem lavados). Verificar um dia antes, se as unhas dos alunos estão cortadas, caso não estiverem, existia uma tesoura no gabinete para uso do professor em aula.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Acerca de tudo que pode se referir a educação, ao ensino, aos alunos, pais, professores e funcionários da escola, a própria instituição de ensino, a comunidade integrada e aos poderes públicos, tem em si uma trajetória única na vida de cada um de nós, como afirma Mattos, em Porto União (1966, p.31) no aviso onde aponta que: “A escola é importante na vida da criança, não só como uma força educativa, mas também, e principalmente, pela extraordinária influência que exerce sobre sua capacidade de adaptar-se bem ao mundo que vive.” A escola tem em si seu papel fundamental de atuar na sociedade e com isso remete a seus professores, parte da responsabilidade concedida sobre a educação e formação humana.

4 Considerações finais

Esta pesquisa possibilitou compreender a inserção da mulher na escola Normal Marcelino Dutra em Porto União, Santa Catarina, inserção essa que se intensificou no momento que a sociedade necessita de um maior número de profissionais e a mulher assume identidade de trabalhadora na Educação da região de Porto União e União da Vitória.

A partir de 1960 a 1970, houve uma intensificação da procura pela matrícula no Curso Normal, ofertada na época pelo Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso, que concentrava o Curso Normal Regional Marcelino Dutra, atualmente denominado de Colégio Estadual Professor Balduino Cardoso, que ainda mantém o curso de magistério devido à procura e demanda profissional. Nesse período, as mulheres em busca de uma profissão, realizavam o Curso Normal visando profissionalizar-se e com isso construía uma identidade social que a valorizava como professora, de ofício nobre e belo, sendo digno de respeito e reconhecimento pelo seu trabalho. O Curso Normal foi uma oportunidade de formação gratuita para jovens que escolhessem dedicar-se ao magistério ou mesmo a vida de dona de casa, pois, constituía-se em um dos poucos cursos profissionalizantes que existiam na região para capacitar mulheres.

Com base no trabalho desenvolvido por essas mulheres, as normalistas formadas no Curso Normal Regional Marcelino Dutra, evidencia-se a importância de seu papel como agente mobilizador da produção histórica, cultural e educacional da região, sendo propulsoras na construção da identidade social feminina. Constatamos que ainda hoje, é forte a demanda pela





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

formação pedagógica no âmbito do magistério nesta região fronteiriça entre Santa Catarina e Paraná.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. SP: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

BRASIL. **Lei nº 4.024 de 20/12/1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. DOU, Brasília, DF, 20 dez. 1961.

_____. **Lei Federal nº 5.692 de 11/08/1971**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira. Brasília: Congresso Nacional e Presidência da República. 1971.

FAGUNDES, José; RIBAS, Joaquim Osório (organizadores). **Monografia de Porto União Hermínio Milis**. União da Vitória: Kayganguê, 2002.

GASPARI, Leni Trentim. **Imagens femininas nas “Gêmeas do Iguaçu” nos anos 40 e 50**. União da Vitória, PR: Kayganguê, 2005.

PORTO UNIÃO. **Decreto municipal nº 3.741 de 12/12/1946**. Da criação do Curso Normal nas cidades de Porto União da Vitória. Porto União: Câmara Municipal. 1946.

_____. Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso. Responsável pela direção escolar Gregório Beckembrack. **Honra ao Mérito do Curso Normal Regional Marcelino Dutra 1945 a 1969**.

_____. Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso. Responsável pela direção escolar Astrogilda de Mattos. **Relatório do Curso Normal Regional Marcelino Dutra 1960**.

_____. Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso. Responsável pela direção escolar Astrogilda de Mattos. **Registro de Notas do Curso Complementar 1960**.

_____. Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso. Responsável pela direção escolar Astrogilda de Mattos. **Relatório Anual do Curso Normal Regional Marcelino Dutra 1963**.

_____. Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso. Responsável pela direção escolar Astrogilda de Mattos. **Avisos escolares de 1963 a 1965**.

_____. Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso. Responsável pela direção escolar Djanyra Amin Pasqualin. **Relatório Anual do Curso Normal Regional Marcelino Dutra e Ginásio Normal, 1965**.

_____. Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso. Responsável pela direção escolar Astrogilda de Mattos. **Registro Anual de Avisos - 1965 a 1967**.

_____. Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso. Responsável pela direção escolar Maria José Martins. **Registro de Vidas Escolares dos Formandos do Curso Normal Marcelino Dutra, 1969**.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

STENTZLER, Márcia Marlene. In **Revista Científica Ensino e Pesquisa**. Nº 08. União da Vitória: Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras, 2011.

THOMÉ, Nilson. **Primeira História da Educação Escolar no Contestado**. Caçador, SC: UnC/Museu do Contestado, 2002.

VILLELA, Heloisa de. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia G. **500 Anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

